

122

**Ligue para o Especialista
em Fundos: 0800 552527.**

Banco de Investimento
FONTECINDAM

Economia - Brasil

Só ordens de venda no exterior

Com a ausência de compradores, caem os negócios com ativos brasileiros

Maria Clara R. M. do Prado
de Londres

Uma verdadeira avalanche de venda envolvendo ativos brasileiros – ações, “bradies”, bônus de todo o tipo – tomou conta dos mercados no final da semana passada. Ninguém queria comprar, só vender.

No BB Securities de Londres – o braço do Banco do Brasil que atua no mercado secundário internacional – só havia ordens de venda mas faltava a “perna” do outro lado: “Na outra mesa, a única resposta era de que ninguém queria comprar nada”, comentou o diretor-gerente e principal executivo da instituição, Saulo Blauth.

Com os investidores ausentes, as operações dos “bradies” (títulos da renegociação da dívida externa) acabavam sendo fechadas entre os próprios operadores dos bancos de investimentos, trocando chumbo de um lado para o outro, através do sistema eletrônico de “trading” anônimo, onde ninguém se identifica e onde é possível operar sem efetivamente ter a mercadoria.

Resultado: o IDU, um dos papéis brasileiros mais valorizados porque vai vencer a curto prazo – ele surgiu com a renegociação dos juros atrasados, em 1991, e tem apenas um ano e sete meses de vida útil média pela frente – passou a ser cotado com taxas de risco que chegaram à faixa de 800 a 900 pontos-base sobre o bônus do Tesouro norte-americano, passando a pagar no mercado secundário uma remuneração elevadíssima de 12% a 13% ao ano sobre a variação cambial. É uma taxa muito alta para um papel em dólar”, observa Blauth.

O mesmo aconteceu com os C-Bonds, o bônus de capitalização, e demais papéis em geral. Quanto a novos lançamentos de bônus no exterior, nem pensar. O momento está longe de ser o ideal. Além do mercado estar vendedor, a extrema volatilidade dificulta qualquer perspectiva sobre o que seria no momento atual a remuneração mais adequada para o risco Brasil. A Petrobras, que havia pro-

gramado um lançamento de bônus no valor de US\$ 200 milhões, preferiu adiar a operação e aguardar que a poeira baixe.

“O mercado de “bradies” estava superalavancado e atravessa hoje uma situação difícil”, explicou o diretor do BBV (Banco Bilbao Vizcaya) Latinvest, Wilber Colmrauer. Ele não se espanta nem um pouco com a elevação das ta-

xas dos bônus brasileiros no mercado internacional e nem com a queda que atingiu as bolsas de valores no Brasil na semana passada. “Isso teria ocorrido em

qualquer lugar do mundo onde as taxas de juros tivessem dobrado e, na minha opinião, as pessoas não devem achar que isso é o fim do mundo”, disse ele, indicando que o importante é sustentar o real. Se necessário for, imagina Colmrauer, o governo deve ter coragem para subir ainda mais os juros apesar de toda a transferência de renda que isso possa representar entre os segmentos credores e devedores da sociedade.

Remuneração adequada para os papéis do País está sem um parâmetro

A questão não se resume, no entanto, apenas em elevar os juros para o nível de até 100% se necessário for. Ainda que sejam desprezadas as consequências políticas desse tipo de ação, o problema agora repousa em ter uma noção sobre o tempo que a crise vai durar. Há, é inegável, uma crise de confiança generalizada dos investidores estrangeiros em ativos dos países emergentes de modo indiscriminado. Mas não se imagina que ela sumirá de uma hora para outra, no curto prazo.

“O problema é que a crise veio agora, faltando apenas dois meses para o ano terminar, e acho muito difícil que os investidores desconfiados, que trocaram suas aplicações em ativos coreanos, tailandeses, mexicanos, brasileiros e argentinos por aplicações em títulos norte-americanos, retornem antes do final de dezembro aos mercados emergentes”, indicou Saulo Blauth, para quem a tendência será de evitar perdas maiores para fechar o ano com algum lucro ou, pelo menos, um prejuízo amenizado.